

# PROJETO BÁSICO

Processo Administrativo nº 23000.012335/2020-28

**Prestacao de serviço de desenvolvimento, sustentação, suporte técnico e de versão do jogo eletrônico GraphoGame – GG em idioma português brasileiro, bem como sua disponibilização em lojas de aplicativos garantindo a atualização do jogo com novos recursos ou correções de defeitos e divulgação no portal do Ministério da Educação, por um período de 12 (doze) meses.**

Brasília, junho de 2020.

## SUMÁRIO

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	4
2.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	4
2.11.	Bens e serviços que compõem a solução	5
3.	JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO	5
3.1.	Contextualização e Justificativa da Contratação	5
3.2.	Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais	7
3.3.	Estimativa da demanda	7
3.4.	Parcelamento da Solução de TIC	13
3.5.	Resultados e Benefícios a Serem Alcançados	13
4.	ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	13
4.1.	Requisitos de Negócio	13
4.11.	Requisitos de Segurança da Informação	17
4.12.	Outros Requisitos Aplicáveis	17
5.	RESPONSABILIDADES	18
5.1.	Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE	18
5.2.	Deveres e responsabilidades da CONTRATADA	19
6.	MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	20
6.1.	Rotinas de Execução	20
6.2.	Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle	20
6.3.	Mecanismos formais de comunicação	20
6.4.	Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança	20
7.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	21
7.1.	Critérios de Aceitação	21
7.2.	Procedimentos de Teste e Inspeção	22
7.3.	Níveis Mínimos de Serviço Exigidos	22
7.4.	Sanções Administrativas	23
7.5.	Do Pagamento	26
8.	ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	28
9.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	28
10.	DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	29
11.	DOS CRITÉRIOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO	29

11.2.	Da Razão de Escolha do Fornecedor	30
11.3.	Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência	30
11.4.	Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação	30
11.5.	Da alteração subjetiva	30
12.	DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO	31
ANEXO A	MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO	32
ANEXO B	MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO	34
ANEXO C	TERMO DE COMPROMISSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	35
ANEXO D	TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	40

Tabela 1 – Bens e serviços que compõem a solução .....	5
Tabela 2 – Alinhamento aos Objetivos Estratégicos .....	7
Tabela 3 – Alinhamento ao PDTI .....	7
Tabela 4 – Alinhamento ao PAC .....	7
Tabela 5 – Benefícios Esperados .....	13
Tabela 6 – Cronograma de execução .....	20
Tabela 7 – IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS .....	23
Tabela 8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO .....	28
Tabela 9 – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO .....	29

Figura 1 - Interface do jogo GG em português do Brasil (estágio inicial, associação entre sons de vogais e símbolos; a criança ouve o som e tem de selecionar a representação escrita). ....	11
--	----

## **PROJETO BÁSICO**

**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019**

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Prestação de serviço de desenvolvimento, sustentação, suporte técnico e de versão do jogo eletrônico GraphoGame – GG em idioma português brasileiro, bem como sua disponibilização em lojas de aplicativos garantindo a atualização do jogo com novos recursos ou correções de defeitos e divulgação no portal do Ministério da Educação, por um período de 12 (doze) meses.

### **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

- 2.2. O Graphogame consiste em um ambiente de aprendizagem digital, sob a forma de um jogo que é baixado online para tablets e celulares cujo objetivo é a auxiliar no processo de alfabetização de crianças.
- 2.3. O jogo foi desenvolvido originalmente pela Universidade de Jyväskylä, da Finlândia, em colaboração com o Instituto Niilo Mäki, e sua utilização tem sido objeto de estudo em diferentes países com evidências de sucesso reportados na literatura especializada. No Brasil, o conteúdo do jogo em português foi produzido pelo Instituto do Cérebro da PUCRS.
- 2.4. O jogo foi concebido para servir como uma ferramenta de apoio à alfabetização e como um meio de observar o processo de aprendizado da leitura. Trata-se de um recurso capaz de promover um treinamento lúdico focado na assimilação de conexões entre segmentos da linguagem escrita e seus correspondentes sons da linguagem oral. Os estímulos utilizados são multimodais (auditivos e visuais). O jogador ouve um fonema ou palavra e o jogo, então, solicita que a criança informe a letra, grafema, sílaba ou palavra correspondente ao som.
- 2.5. Em linhas gerais, a abordagem adotada é de aprendizagem das relações entre grafemas e fonemas, iniciando-se com simples vogais, para grafemas menos e mais complexos (consoante-vogal, consoante-consoante-vogal) e partindo para palavras de diferentes complexidades, tanto de grafia regular como irregular; o conteúdo aborda, inicialmente, correspondências entre grafemas e fonemas de fácil diferenciação. Em seguida, apresenta conexões de mais difícil distinção, como as existentes entre os grafemas [m], [n], [l] e seus respectivos sons. Por fim, opta-se por unidades sublexicais da língua alvo, como sílabas, antes de serem inseridas palavras na sequência de treinamento, até chegar em palavras regulares, depois irregulares.
- 2.6. A progressão do jogo varia conforme as habilidades do jogador. O nível de dificuldade do jogo é adaptado ao nível de habilidade leitora da criança para que ela consiga jogá-lo sozinha. O instrumento adota um feedback positivo constante, controlado computacionalmente. Acredita-se que esse feedback positivo alimenta o envolvimento da criança no jogo por um tempo suficiente para que haja aprendizado; os resultados em geral podem ser obtidos com apenas 10-15 minutos de jogo por dia, por até oito semanas.
- 2.7. A Contratada disponibilizará a versão em português brasileiro do GraphoGame em três plataformas de distribuição para três sistemas operacionais: IOS, Android (versão 8 ou superior) e Windows (versão 10 ou superior).

## 2.8. Descrição de Atividades para a Publicação do aplicativo:

2.8.1. Descrição de direitos autorais do aplicativo;

2.8.2. Desenvolvimento de imagens para as lojas de aplicativos da Apple, Google e Microsoft, como ícones e imagens de divulgação;

2.8.3. Otimização nas lojas de aplicativos da Apple, Google e Microsoft;

2.8.4. Testes Alfa e Beta;

2.8.5. Entrega (roll-out) de produção;

2.8.6. Análise de utilização do aplicativo;

2.8.7. Análise de marketing; e

2.8.8. Relatórios de problemas (crash reporting) e “saúde” do aplicativo.

2.9. A versão em português brasileiro do GraphoGame poderá ser baixada para as plataformas descritas gratuitamente para o usuário final por 12 (doze) meses.

2.10. Após o término do período de um ano, todos os usuários que instalaram o GraphoGame Brasil durante o período de gratuidade continuarão a ter o direito de desfrutar a licença gratuita para utilizar o aplicativo na forma que foi entregue, e o acesso ao jogo não será revogado.

## 2.11. Bens e serviços que compõem a solução

Id.	Descrição	Natureza	Quantidade
1	Programação com o Engine Unity	Serviço	1
2	Construção los e publicação na APP store		1
3	Construção Android e Publicação no Google Play		1
4	Construção Windows 10 e Publicação Microsoft Store		1
5	Design da Arquitetura do Servidor		1
6	Análise de Dados		1
7	Disponibilização do aplicativo nas plataformas AppStore, Google Play e Microsoft Store por 12 (doze) meses		1

TABELA 1 – BENS E SERVICOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

## 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

### 3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. Trata-se de solicitação para contratação da prestação de serviço de desenvolvimento, sustentação, suporte técnico e de versão do jogo eletrônico GraphoGame – GG no idioma português brasileiro, bem como sua disponibilização em lojas de aplicativos, com divulgação no portal do Ministério da Educação, por 12 (doze) meses.

3.1.2. Sobre a contratação, cumpre tecer algumas considerações sobre o cenário que motiva a presente demanda.

3.1.3. A Organização Mundial da Saúde declarou, em 11 de março de 2020, como pandemia a disseminação comunitária da Covid-19. Todavia, ainda em 3 de fevereiro, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 188, em que já declarava a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo Covid-19.

- 3.1.4. Posteriormente, em 20 de março de 2020, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 6 que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.
- 3.1.5. Desde então, os demais entes federados vêm editando decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares.
- 3.1.6. Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 934 que estabelece normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
- 3.1.7. Além disso, o MEC está promovendo diversas ações para a mitigação dos impactos da pandemia na educação.
- 3.1.8. Tendo como base o cenário apresentado, a Secretaria de Alfabetização, com fulcro na sua competência regimental estabelecida no Decreto no 10.195, de 30 de dezembro de 2019, apresenta esta proposta de contratação.
- 3.1.9. Como se sabe, a situação que se apresenta em decorrência da pandemia da COVID-19 é sem precedentes no passado recente, sendo uma emergência de saúde pública que impõe a adoção de soluções temporárias destinadas a mitigar os efeitos deletérios da falta de acesso das crianças ao ensino e à aprendizagem da alfabetização durante a situação de emergência de saúde pública, o que justifica a adoção da medida por um ano.
- 3.1.10. Nesse contexto, o jogo interativo GraphoGame emerge como uma ferramenta de apoio ao ensino e aprendizagem de alfabetização, que poderá contribuir, a partir de sua utilização no Brasil, tanto no âmbito da literacia familiar, como no âmbito da alfabetização escolar, quando do retorno das atividades escolares.
- 3.1.11. O GG é direcionado a crianças entre 5 e 8 anos, assim como a seus pais, e poderá ser disponibilizado por meio de plataformas móveis (como celulares e tablets) em um ambiente de aprendizagem digital. Sua utilização tem sido objeto de estudo em diferentes línguas com sua eficácia e efeito reportados na literatura especializada.
- 3.1.12. O jogo de intervenção na alfabetização foi concebido para servir como uma ferramenta de apoio à alfabetização e como um meio de observar o processo de aprendizado da leitura. Trata-se de um recurso capaz de promover um treinamento lúdico focado na assimilação de conexões entre segmentos da linguagem escrita e seus correspondentes sons da linguagem oral. Os estímulos utilizados são multimodais (auditivos e visuais), em que o jogador ouve um fonema ou palavra e o jogo, então, solicita que a criança informe a letra, grafema, sílaba ou palavra correspondente ao som.
- 3.1.13. O conteúdo do jogo em português foi produzido pelo Instituto do Cérebro da PUCRS e sustentou-se nas evidências sobre as habilidades fundamentais para a leitura reconhecidas pela Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituída pelo Decreto no 9.765, de 11 de abril de 2019, e em estudos sobre as habilidades fundamentais que preveem sucesso na alfabetização.
- 3.1.14. Por oportuno, cumpre ressaltar que a solicitação encontra amparo na meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE e está especificamente relacionado à estratégia 5.4: *"fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas*

*inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade".*

### 3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ID	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
1	PROVER SERVIÇOS NA FORMA DE PLATAFORMAS DIGITAIS QUE SUPORTEM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO.
2	DISPONIBILIZAR DADOS ABERTOS E TRANSPARENTES.
3	FACILITAR E UNIVERSALIZAR O USO E O ACESSO AOS SERVIÇOS DIGITAIS.
4	SUSTENTAR, APOIAR, SUPORTAR PROGRAMAS E POLÍTICAS DO MEC ATRAVÉS DE SERVIÇOS DE TIC.
5	IMPLEMENTAR E FORTALECER MECANISMOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM TIC E SUAS RESPECTIVAS FERRAMENTAS.
6	INSTRUMENTAR A GOVERNANÇA DE DADOS.
7	PROVER PLANEJAMENTO DE CAPACIDADE DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TIC ALINHADO ÀS DEMANDAS DO NEGÓCIO.
8	REALIZAR A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TIC ALINHADA ÀS NECESSIDADES DO NEGÓCIO.
9	ADOTAR MODELOS DE SERVIÇOS QUE PERMITAM A SINERGIA, COMPARTILHAMENTO E INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS, NOTADAMENTE O MODELO DE NUVEM PRIVADA.
10	EXPANDIR E INOVAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS.
11	TER UM CORPO DE TIC CAPACITADO E ENGAJADO.

TABELA 2 – ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Id	Necessidades elencadas no PDTI	Objetivos estratégicos de TIC relacionados
31	Dispor de softwares licenciados para usuários de tecnologia.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.
94	Prestação de serviços técnicos de assessoria e desenvolvimento de aplicativos multiplataforma para dispositivos móveis, para atender as necessidades de TIC do MEC.	1, 2, 3, 4, 7 e 8.
106	Prestação de serviços técnicos especializados em atividades de engenharia de software.	1, 2, 3, 4, 7 e 8.

TABELA 3 – ALINHAMENTO AO PDTI

Id	Descrição
944	Desenvolvimento de novo software – outras linguagens

TABELA 4 – ALINHAMENTO AO PAC

3.2.1.A contratação pretendida está alinhada à Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8638, de 15 de janeiro de 2016, conforme determina o inciso III, art.6º – IN SGD/ME nº 01/2019.

3.2.2.Por não se tratar de contratação que tem por objeto a oferta de serviços digitais, essa contratação não possui integração à Plataforma de Cidadania Digital de acordo com Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

### 3.3. Estimativa da demanda

3.3.1.O panorama atual da educação brasileira revela a suspensão das aulas escolares em todo o país como medida temporária de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid -19).

3.3.2.A partir de consulta aos sítios eletrônicos da União dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime e ao Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – Consed, observa-se que todas as redes estaduais e municipais do país determinaram interrupção completa de aulas do ensino fundamental, médio e superior. A medida, sem precedentes na história

do país, afeta cerca de 48 milhões de estudantes de escolas públicas e privadas.

- 3.3.3. Este cenário impõe a adoção de soluções temporárias destinadas a mitigar os efeitos deletérios da falta de acesso das crianças ao ensino e aprendizagem da alfabetização durante a situação de emergência de saúde pública, o que justifica a adoção da medida.
- 3.3.4. Sem adentrar no mérito da medida de suspensão de aulas pelos entes federados, a Secretaria de Alfabetização apresentou proposta para uma medida mitigadora dos danos recorrentes da súbita interrupção das atividades escolares, que poderá atender diretamente a um público estimado de 4 milhões de estudantes da rede pública de ensino no país.
- 3.3.5. Trata-se da contratação do jogo interativo GraphoGame, uma reconhecida ferramenta de ensino e aprendizagem de alfabetização, para contribuir, a partir de sua utilização no Brasil, tanto no âmbito da literacia familiar e também no âmbito da alfabetização escolar quando do retorno das atividades escolares.
- 3.3.6. O GG é direcionado a crianças entre 5 e 8 anos, assim como a seus pais e poderá ser disponibilizado por meio de plataformas móveis (como celulares e *tablets*) em um ambiente de aprendizagem digital. Sua utilização tem sido objeto de estudo em diferentes línguas com sua eficácia e efeito reportados na literatura especializada.
- 3.3.7. O jogo de intervenção na alfabetização foi concebido para servir como uma ferramenta de apoio à alfabetização e como um meio de observar o processo de aprendizado da leitura. Trata-se de um recurso capaz de promover um treinamento lúdico focado na assimilação de conexões entre segmentos da linguagem escrita e seus correspondentes sons da linguagem oral. Os estímulos utilizados são multimodais (auditivos e visuais), em que o jogador ouve um fonema ou palavra e o jogo, então, solicita que a criança informe a letra, grafema, sílaba ou palavra correspondente ao som.
- 3.3.8. O conteúdo do jogo em português foi produzido pelo Instituto do Cérebro da PUCRS, autoridade acadêmica e científica do referido jogo no país, e sustentou-se nas evidências sobre as habilidades fundamentais para a leitura reconhecidas pela Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituída pelo Decreto no 9.765, de 11 de abril de 2019, e em estudos sobre as habilidades fundamentais que preveem sucesso na alfabetização.
- 3.3.9. A solicitação de contratação encontra amparo ainda na meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE e está especificamente relacionado à estratégia 5.4: *"fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade"*.
- 3.3.10. Diante do exposto, este estudo técnico tem por objetivo realizar a contratação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, para a prestação de serviço de desenvolvimento, sustentação, suporte técnico e de versão do jogo eletrônico GraphoGame – GG no idioma português brasileiro, bem como sua disponibilização em lojas de aplicativos, com divulgação no portal do Ministério da Educação.

### **3.3.11. Bens e Serviços que compõem a solução**

- 3.3.11.1. Contratação da prestação de serviços especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação compreendendo a concepção, o desenvolvimento, a sustentação, o suporte técnico de versão do jogo eletrônico GraphoGame – GG no idioma português brasileiro, bem como sua disponibilização em lojas de aplicativos garantindo a

atualização do jogo com novos recursos ou correções de defeitos e divulgação no portal do Ministério da Educação, por um período de 12 (doze) meses.

- 3.3.11.2. A emergência de saúde pública em razão do surto de Covid-19 impõe a adoção de soluções temporárias destinadas a mitigar os efeitos deletérios da falta de acesso das crianças ao ensino e aprendizagem da alfabetização durante a situação de emergência de saúde pública, o que justifica a adoção da medida por um ano.
- 3.3.11.3. Nesse contexto, o jogo interativo GraphoGame, uma reconhecida ferramenta de ensino e aprendizagem de alfabetização, poderá contribuir, a partir de sua utilização no Brasil, tanto no âmbito da literacia familiar e também no âmbito da alfabetização escolar quando do retorno das atividades escolares.
- 3.3.11.4. O GG é direcionado a crianças entre 5 e 8 anos, assim como a seus pais e poderá ser disponibilizado por meio de plataformas móveis (como celulares e tablets) em um ambiente de aprendizagem digital. Sua utilização tem sido objeto de estudo em diferentes línguas com sua eficácia e efeito reportados na literatura especializada. No Brasil, o artigo O método GraphoGame como catalisador da proficiência leitora, escrito por cientistas do CNPq e apresentado no evento 9º Colóquio de Linguística, Literatura e Escrita Criativa promovido entre 4 a 6 de outubro de 2016 já discorria sobre como sistemas educacionais bem-sucedidos, referências mundiais em alfabetização, pesquisava amplamente o uso de jogos como o GraphoGame no aperfeiçoamento da leitura em crianças cujo aprendizado da leitura possa estar comprometido:

*“(...)O trabalho empreendido levantou dados relevantes acerca de padrões de desenvolvimento e fatores preditivos de dislexia, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento de métodos de identificação de crianças cujo aprendizado da leitura possa estar comprometido. O projeto também promoveu o desenvolvimento de um recurso educacional capaz de catalisar a proficiência leitora de crianças, por meio de sua utilização regular: o método GraphoGame (GG). (...) O jogo de aprendizado baseado em evidências, denominado GraphoGame, foi proposto e desenvolvido a partir dos dados obtidos do estudo longitudinal empreendido, que sugeriram a possibilidade de se identificar crianças sob risco de desenvolverem dislexia por meio da comparação de registros cerebrais encefalográficos de recém-nascidos, realizados em seus cinco primeiros dias de vida.(...)”*

- 3.3.11.5. O jogo de intervenção na alfabetização foi concebido para servir como uma ferramenta de apoio à alfabetização e como um meio de observar o processo de aprendizado da leitura. Trata-se de um recurso capaz de promover um treinamento lúdico focado na assimilação de conexões entre segmentos da linguagem escrita e seus correspondentes sons da linguagem oral. Os estímulos utilizados são multimodais (auditivos e visuais), em que o jogador ouve um fonema ou palavra e o jogo, então, solicita que a criança informe a letra, grafema, sílaba ou palavra correspondente ao som.
- 3.3.11.6. O conteúdo do jogo em português foi produzido pelo Instituto do Cérebro da PUCRS, autoridade acadêmica e científica do referido jogo no país, e sustentou-se nas evidências sobre as habilidades fundamentais para a leitura reconhecidas pela Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituída pelo Decreto no 9.765, de 11 de abril de 2019, e em estudos sobre as habilidades fundamentais que preveem sucesso na alfabetização.
- 3.3.11.7. A solicitação encontra amparo na meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE e está especificamente relacionado à estratégia 5.4: "fomentar o desenvolvimento de

tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade".

### **3.3.11.8. Apresentação do conteúdo**

3.3.11.8.1. A progressão do jogo varia conforme as habilidades do jogador. O nível de dificuldade do jogo é adaptado ao nível de habilidade leitora da criança para que ela consiga jogá-lo sozinha. A versão em inglês do jogo apresenta atualmente 44 níveis diferentes de progressão. O instrumento adota um feedback positivo constante, controlado computacionalmente. Acredita-se que esse feedback positivo alimenta o envolvimento da criança no jogo por um tempo suficiente para que haja aprendizado; os resultados em geral podem ser obtidos com apenas 10-15 minutos de jogo por dia, por até oito semanas.

### **3.3.11.9. Gravação do conteúdo em áudio e organização do código fonte**

3.3.11.9.1. Após a produção de conteúdo, o mesmo foi gravado em estúdio profissional na faculdade de comunicação – FAMECOS – da PUCRS, com auxílio profissional para a gravação e edição posterior. Cada item, como, por exemplo, a letra “a” e seu som, foram gravados em duas vozes diferentes, uma masculina e outra feminina. Foram gravados em torno de 300 itens desde vogais até palavras mais complexas. Durante o jogo, se a criança tem dificuldade com um áudio, ela pode clicar na tela para que o áudio seja repetido, e esta repetição é feita com vozes diferentes e por quantas vezes a criança quiser.

3.3.11.9.2. Após a gravação e edição, os 300 itens foram salvos em separados, um por arquivo, nomeado com o grafema correspondente (ver exemplos abaixo), para, em seguida, serem inseridos no arquivo de texto que serve como base para a apresentação do jogo. Este arquivo .txt alimenta o código fonte do GG, indicando qual fonema e grafema devem ser apresentados e testados, bem como quais são os grafemas “confundidores” que são apresentados ao mesmo tempo que o grafema-alvo (o grafema correto e correspondente ao fonema apresentado). Exemplo:

#### **3.3.11.9.3. ba | ni pe da**

3.3.11.9.3.1. Nesta linha de código, o grafema “ba” indica qual fonema será apresentado para a criança, bem como o grafema alvo que estará na tela. Os outros grafemas, “ni, pe, da”, são apresentados individualmente, ao mesmo tempo que o grafema “ba”. Há níveis de dificuldade crescentes para cada composição de grafemas e palavras, nos quais, primeiramente, somente um confundidor é apresentado. À medida que a criança acerta e avança, mais confundidores são apresentados junto com o grafema-alvo.



FIGURA 1 - INTERFACE DO JOGO GG EM PORTUGUÊS DO BRASIL (ESTÁGIO INICIAL, ASSOCIAÇÃO ENTRE SONS DE VOGAIS E SÍMBOLOS; A CRIANÇA OUVI O SOM E TEM DE SELECIONAR A REPRESENTAÇÃO ESCRITA).

### 3.3.11.10. Testagem do jogo e tradução das instruções e manual

O próximo passo envolveu testar o jogo (em todas as suas fases) para verificar a correção da associação entre grafemas e fonemas e qualidade do áudio no jogo (alguns tiveram de ser regravados e reprogramados). Com esta testagem, produziu-se também as instruções em português, a partir de um manual utilizado em todas as versões, bem como se traduziu os elementos do jogo que compõem os elementos adicionais e lúdicos: as roupas e adereços que a criança pode selecionar a medida que ganha pontos no jogo, para mudar a configuração do seu “avatar”, as imagens e figuras que podem ser obtidas com cada fase vencida (como “prêmios”) e assim por diante. Este elemento não tem função pedagógica, mas sim, de atrair a criança para o jogo e a manter-se jogando com acurácia, tratando-se da abordagem de gamificação implementada no aplicativo.

3.3.11.10.1.1. Estes quatro procedimentos descrevem resumidamente o trabalho feito até o momento para produzir a versão do GG que se propõe empacotar para distribuir para as crianças brasileiras. Salienta-se que o trabalho foi feito com ajuda de financiamento de bolsas de iniciação científica do CNPq-PIBIT e PIBIC.

### 3.3.11.11. O uso de técnica de Gamificação no processo de aprendizagem escolar

3.3.11.11.1. O termo gamification pode ser definido conforme se segue (Wikipédia):

*“[LUI](#) **Gamification** é a aplicação de elementos de design de jogo e princípios de jogo em contextos não relacionados ao jogo. Também pode ser definido como um conjunto de atividades e processos para resolver problemas usando ou aplicando as características dos elementos do jogo. A gamificação geralmente emprega elementos de design de jogos para melhorar o envolvimento do usuário, produtividade organizacional, [aprendizagem](#), recrutamento e avaliação de funcionários, e muito mais. Uma coleção de pesquisas sobre gamificação mostra que a maioria dos estudos sobre gamificação considera que tem efeitos positivos nos indivíduos. No entanto, existem diferenças individuais e contextuais. (...) As estratégias iniciais de gamificação usam [recompensas](#) para jogadores que realizam tarefas ou [competições](#) desejadas para envolver os jogadores. ”*

Andrzej Marczewski, em seu livro **Gamification: A Simple Introduction** (2013) define gamification simplesmente como “A aplicação das metáforas dos jogos à tarefas da vida real para influenciar o comportamento, melhorar a motivação e aprimorar o engajamento”. Técnicas de gamificação podem ser aplicadas a projetos de aplicativos mobile ou web de maneira ampla, como um método inovador para melhorar o engajamento, a motivação ou a participação em contextos que não são de jogo, usando a mecânica de jogo. Essencialmente, a gamificação é uma disciplina psicológica e orientada

ao *design*, ou seja, muito esforço já deve ser gasto na fase de *design* de um projeto de gamificação. Posteriormente, este *design* é implementado em sistemas de informação, como portais ou aplicativos, os quais atuarão como mediadores para oferecer um *design* divertido para seus usuários. Um subsequente processo de desenvolvimento e integração é então estimado levando-se em consideração os requisitos conceituais de gamificação e mapeados para uma linguagem específica de domínio, denominada *Gamification Modeling Language*. A maioria dos projetos de Gamificação apresentam altos custos e traz desafios de desenvolvimento decorrentes da construção da gamificação do zero, design ou requisitos técnicos imprecisos e conflitos de comunicação entre diferentes partes interessadas no projeto.

3.3.11.11.2. Pesquisadores de neurociência descobriram que jogar videogames libera grandes quantidades de dopamina no cérebro humano. A dopamina está associada ao aumento da aprendizagem, reforçando do comportamento atual e a atenção. Além disso, descobriram que a dopamina influencia de forma importante o incentivo em situações gerais de recompensa, ou seja, os usuários querem a experiência com mais frequência.

3.3.11.11.3. Raul Inácio Busarello, no seu livro *Gamification: Princípios e Diretrizes* (Editora Pimenta Cultural: 2016) SEI 2102644, apresenta uma extensa pesquisa por soluções que apontem para a criação e manutenção de processos motivacionais eficazes aos indivíduos, dedicando-se a explorar e discutir conceitualmente o fenômeno gamification, apontando direções e diretrizes para a aplicação desta prática independente das áreas: corporativa, mercadológica ou instrucional. Nele, o termo gamification refere-se ao processo de aprendizagem, sendo amplificado e percebido como as formas cognitivas que o indivíduo apreende, percebe e se relaciona com o mundo. No contexto de aprendizagem, o livro identifica os jogos como mídias capazes de estimular a motivação e experiência dos sujeitos na exploração de diferentes e criativas narrativas do processo de retenção e relação com o conhecimento, uma vez que eles têm o poder de integrar e motivar vários agentes nos amplos e diversos contextos de aprendizagem.

3.3.11.11.4. A abordagem encontrada no livro *Gamificação na Educação* (Editora Pimenta Cultural: 2014) SEI 2102645, explora quais elementos e mecanismos dos jogos podem ser aplicados ao design da experiência do usuário de um produto, serviço ou processo fora de um contexto de jogo. O autor destaca que a gamificação tem intuito de aumentar a motivação, o que contribui para o engajamento do usuário, objetivando discutir o fenômeno da gamificação para cenários educacionais como uma estratégia metodológica. Tal estratégia se fundamenta em um envolvimento do professor com jogos e também exige que ele conheça o público de interesse, reforçando as etapas de planejamento e definições claras como contexto, objetivos, narrativas, tecnologia e recursos, bem como o sistema de pontuação e a contínua revisão dessa estratégia.

O artigo *THE GRAPHOGAME METHOD: THE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL BACKGROUND OF THE TECHNOLOGY-ENHANCED LEARNING ENVIRONMENT FOR LEARNING TO READ* publicado na revista *Human Technology* em 2014, SEI 2102647, fornece uma visão geral do método GraphoGame. Os aspectos teóricos e metodológicos relacionados ao método são apresentados. O método é guiado por princípios baseados nas teorias vigentes e nos resultados de pesquisas experimentais sobre aprender e ensinar habilidades básicas de leitura em idiomas alfabéticos, especialmente do ponto de vista de um leitor com dificuldades (alunos com dislexia,

por exemplo). Esses princípios são necessários uma vez que a natureza da língua-alvo e sua relação ao seu sistema de escrita desempenham papéis centrais no método GraphoGame. Essa abordagem exige que o método seja flexível para ser válido para alunos de diferentes línguas e ortografias. Assim, o objetivo da tecnologia desenvolvida é fornecer uma ferramenta de apoio à leitura apropriada para todos os alunos - desde alunos com dificuldades até alunos típicos - em qualquer ambiente de linguagem. Neste artigo é apresentado uma visão geral dos resultados obtidos com estudos de intervenção GraphoGame, bem como os desafios para a usabilidade do método.

### 3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. A prestação de Serviço de desenvolvimento, sustentação, suporte técnico e de versão do jogo eletrônico GraphoGame – GG não será parcelada, pois se trata de uma solução única de TIC com um conjunto indissociável que funciona harmonicamente, garantindo assim o alinhamento e a coerência em termos de qualidade técnica, resultando assim, no perfeito atendimento dos princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

### 3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Considerando o contexto de pandemia, a inovação e criatividade tecnológica podem apoiar as redes, escolas, professores e estudantes no momento de suspensão de aulas. Para tanto, uma solução como a que se pretende tem como fundamento o atendimento da Meta 5 do PNE e coaduna-se com os objetivos da PNA e da BNCC, por trazer conteúdos de aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades a serem alcançadas pelos estudantes em circunstâncias excepcionais provocadas pela pandemia.

3.5.2. Ao mesmo tempo, cabe reiterar que a solução almejada tem como destinatário alunos e seus familiares, os quais constituem atores relevantes do processo de educação.

3.5.3. Assim, pretende-se oferecer uma oportunidade diante da dificuldade do momento, criando um aplicativo de referência reconhecida, que poderá apoiar a aprendizagem em períodos de normalidade, como em momentos de emergência como o atual.

3.5.4. Diante do exposto, os benefícios identificados nos termos indicados no DOD e no ETP são:

Benefícios Esperados	Tipo
Proporcionar o acesso de estudantes da educação infantil e do ensino fundamental à ferramenta de apoio à leitura e escrita, cientificamente comprovada;	Eficiência
Ampliar e potencializar as atividades de literacia familiar no momento de suspensão de aulas escolares em razão da epidemia pelo Covid-19;	Eficiência
Ampliar as possibilidades de promoção de novas tecnologias para alfabetização; e	Eficiência
Ampliar a aprendizagem organizacional em atividades de engenharia de software.	Eficiência

TABELA 5 – BENEFÍCIOS ESPERADOS

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos de Negócio

3.5.5. Disponibilizar ferramenta de apoio ao ensino e aprendizagem de alfabetização, que poderá contribuir, a partir de sua utilização no Brasil, tanto no âmbito da literacia familiar, como no âmbito da alfabetização escolar, quando do retorno das atividades escolares.

3.5.6. Ampliar os serviços de aprendizagem digital, considerando a suspensão das aulas presenciais em todo o país, devido a pandemia Covid-19 declarada pela Organização Mundial da

Saúde, em 11 de março de 2020 e das medidas adotadas pelo Governo Federal e Secretarias de Educação dos Governos de Estado para enfrentamento da infecção humana pelo Covid-19.

- 3.5.7. Disponibilizar o GG por meio de plataformas móveis (como celulares e tablets) em um ambiente de aprendizagem digital. Sua utilização tem sido objeto de estudo em diferentes línguas com sua eficácia e efeito reportados na literatura especializada.
- 3.5.8. Prover de recurso para treinamento lúdico focado na assimilação de conexões entre segmentos da linguagem escrita e seus correspondentes sons da linguagem oral, utilizando estímulos (auditivos e visuais) gerados pelo jogo a partir da interação do usuário.
- 3.5.9. Disponibilizar soluções que fomentem a execução da Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituída pelo Decreto no 9.765, de 11 de abril de 2019.
- 3.5.10. Atender a meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE e relacionada à estratégia 5.4: "fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade".

#### **4.2. Requisitos Não-funcionais esperados**

- 4.2.1. Disponibilizar o aplicativo GraphoGame em três plataformas de distribuição de aplicativos móveis para serem instalados em três tipos de sistemas operacionais de diferentes fabricantes: IOS (distribuição Apple App Store) , Android (versão 8 ou superior, distribuição Google Play) e Windows (versão 10 ou superior, distribuição Microsoft Store).
- 4.2.2. Garantir que seja mantida a integridade e o sigilo das informações pessoais contidas nos dispositivos móveis da população usuária, devendo a CONTRATADA se comprometer a não acessar, de forma on-line ou off-line, quaisquer informações relacionadas ao usuário ou seu dispositivo tais como localização, áudio, vídeo, fotos, arquivos ou quaisquer informações pessoais que possam identificar um usuário ou grupo de usuários, ainda que estatisticamente;
- 4.2.3. Possuir compatibilidade com os sistemas operacionais para dispositivos moveis (IOs Iphone versão 4S ou superior), Windows 10 ou superior e Android
- 4.2.4. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, num período de 05 (cinco) dias corridos após a disponibilização dos aplicativos em qualquer plataforma dentre as descritas no item Descrição do Serviço, a sua republicação ou a substituição quantas vezes forem necessárias.
- 4.2.5. Garantir que, em nenhuma hipótese, haverá captura de informações que identifiquem o usuário ou grupo de usuários, ainda que estatisticamente, devendo a CONTRATADA se comprometer que não haverá qualquer acesso pelo jogo GraphoGame aos dados dos demais aplicativos instalados pelos usuários ou acesso às informações do sistema operacional presente no dispositivo utilizado pelos usuários, mesmo que de forma on-line ou off-line, sem a ciência e autorização por escrito do MEC.

#### **4.3. Requisitos Tecnológicos para instalação do aplicativo GraphoGame**

##### **4.3.1. Apple App Store**

- 4.3.1.1. iOS (iPad, 1ª geração ou superior)

#### 4.3.1.2. iOS (iPhone 4S ou superior)

#### 4.3.2. Google Play Store

##### 4.3.2.1. Android (version 8 ou superior)

##### 4.3.2.2. Android (version 8.0 smartphones & tablets ou superior)

#### 4.3.3. Microsoft Store

##### 4.3.3.1. Windows (Windows 7 e 10 ou superior)

##### 4.3.3.2. Windows 7 e 10 (Desktops & tablets)

#### 4.3.4. Capacidade de armazenamto inicial de aproximadamente 60mb

### 4.4. Requisitos Legais

4.4.1. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.4.2. Lei Federal nº 12.846/2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

4.4.3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.4.4. Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.4.5. Decreto nº. 7.203/2010: Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

4.4.6. Decreto nº 7.746/2012: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

4.4.7. Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.4.8. Instrução Normativa SGD nº 01, 04 de abril de 2019: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e suas alterações;

4.4.9. Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014: Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral e suas alterações;

4.4.10. Instrução Normativa SLTI nº 05, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

- 4.4.11. Portaria nº 1054/2011: Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC no âmbito do Ministério;
- 4.4.12. Portaria nº 120, de 10 de março de 2016 – Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 4.4.13. Portaria MEC nº 32, de 20 de janeiro de 2020, Estabelece diretrizes e procedimentos para planejamento, organização, instrução das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação.
- 4.4.14. Demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

#### **4.5. Requisitos de Manutenção**

- 4.5.1.A CONTRATADA se obriga a realizar a manutenção corretiva, evolutiva ou adaptativa, disponibilizando nova versão dos aplicativos em suas respectivas plataformas (lojas) por um período de 12 meses, a contar da data de emissão do TRD. A CONTRATADA terá um prazo de 5 (cinco) dias corridos após a abertura da OS de correção do erro ou defeito pela CONTRATANTE para disponibilização da versão de correção em todas as plataformas (lojas).

#### **4.6. Requisitos Temporais**

- 4.6.1.A solução deverá ser entregue de forma integral até 15 dias após emissão da Ordem de Serviço. O teste de funcionamento será realizado no ato da disponibilização dos aplicativos em cada uma de suas plataformas (lojas), podendo a CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA, num período de 05 (cinco) dias corridos após a disponibilização inicial do aplicativo, a substituição das versões quantas vezes forem necessárias. Demais necessidades de suporte poderão ser demandadas ao longo de 12 meses, por meio de telefone ou meio eletrônico com o objetivo de registrar o acionamento de correções para respectiva equipe técnica da CONTRATADA, a qual deverá disponibilizar nova versão em até 5 (cinco) dias corridos a contar da data da abertura da OS de correção, sem ônus para a CONTRATANTE.

#### **4.7. Requisitos de Segurança e Sigilo**

- 4.7.1.Garantir que seja mantida a integridade e o sigilo das informações pessoais contidas nos dispositivos móveis da população usuária, devendo a CONTRATADA se comprometer a não acessar, de forma on-line ou off-line, quaisquer informações relacionadas ao usuário ou seu dispositivo tais como localização, áudio, vídeo, fotos, dados biométricos, arquivos ou quaisquer informações pessoais sensíveis ou não, que possam identificar um usuário ou grupo de usuários, ainda que estatisticamente.
- 4.7.2.Garantir que, em nenhuma hipótese, haverá qualquer acesso, coleta, uso, divulgação, transferência ou armazenamento, pelo GraphoGame, independente de sua versão ou distribuição, aos dados dos demais aplicativos instalados pelos usuários do jogo ou às informações e indicadores do dispositivo (celular, tablet ou desktop) utilizados pelos usuários do jogo, mesmo que de forma on-line ou off-line.
- 4.7.3.Garantir que a Política de Privacidade estabelecida para o jogo, em quaisquer de suas versões, disponibilizado em qualquer plataforma (loja), em nenhuma hipótese, poderá coletar, usar, divulgar, transferir e armazenar informações pessoais dos usuários ou de

seus dispositivos, sob pena de responsabilidade e aplicação de sanções.

#### **4.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.8.1. Os produtos gerados em função da prestação dos serviços, bem como todas as documentações, deverão ser entregues no idioma Português do Brasil (PT-BR), com exceção de termos técnicos usuais que poderão ser apresentados em língua estrangeira.

4.8.2. Deverá a empresa contratada adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, de 1º de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia).

4.8.3. As necessidades apresentadas no presente tópico se coadunam com as necessidades no 31, 94 e 106 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação — PDTI do Ministério da Educação.

#### **4.9. Requisitos de Implantação**

4.9.1. O CONTRATADO deverá disponibilizar o aplicativo, em todas as suas versões, possibilitando a instalação pelos usuários em dispositivos conforme descrito no item “4.3 - Requisitos Tecnológicos para instalação do aplicativo GraphoGame”

#### **4.10. Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.10.1. Todos os serviços entregues pelo provedor deverão ser cobertos por garantia técnica durante a vigência do contrato. Durante o prazo de garantia do serviço, o provedor deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema informatizado e cumprir os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço para as atividades de garantia técnica.

4.10.2. A não observância do prazo para correção de defeito implica execução das penalidades cabíveis estabelecidas em contrato. Havendo necessidade motivada, a área requisitante poderá definir prazos singulares para determinadas soluções. No entanto, tal decisão deverá ser tecnicamente embasada e os prazos específicos deverão constar no Termo de Referência, uma vez que todas as condições de prestação dos serviços deverão ser conhecidas dos potenciais provedores previamente à contratação

#### **4.11. Requisitos de Segurança da Informação**

4.11.1. Os requisitos de segurança a serem observados nas aplicações em desenvolvimento ou em manutenção deverão observar as políticas, os padrões, as arquiteturas, os métodos, as técnicas e as regras de negócio previamente estabelecidas pelo MEC, em especial que: evitem vazamento de dados e fraudes digitais; exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução de TIC; possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação; assegure a continuidade do negócio implementado pela solução; realizem o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; prevejam a realização de auditoria de SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação; assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e indiquem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro. Também se aplicam a esse caso as leis, normas e regras de caráter geral definidas pelos órgãos governantes superiores (OGS) e aplicáveis no âmbito do Ministério da Educação.

#### **4.12. Outros Requisitos Aplicáveis**

4.12.1. Aplicam-se à proposta os requisitos definidos pela Lei n. 8666, de 1993, para a contratação por dispensa de licitação com base no art. 24, XIII do citado instrumento legal, os quais encontram-se detalhados no subitem 12 deste Projeto Básico.

## **5. RESPONSABILIDADES**

### **5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.10. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 5.1.13. Indicar os locais e horários em que serão executados os serviços de instalação e programação, estes quando for o caso;
- 5.1.14. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- 5.1.15. Promover os pagamentos em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, após o ateste da Nota Fiscal;

5.1.16. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

5.1.17. Após a assinatura do contrato, o Contratante designará, formalmente, servidor ou comissão de servidores para exercerem o acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

## **5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Entregar o objeto e executar os serviços descritos no contrato nos prazos máximos nele determinados;

5.2.10. Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto, sem qualquer ônus adicional para o órgão Contratante;

5.2.11. Cumprir todos os requisitos descritos no contrato, responsabilizando-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o Contratante;

5.2.12. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;

5.2.13. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.2.14. Respeitar o sistema de segurança do Contratante e fornecer todas as informações

solicitadas por ele, relativas ao cumprimento do objeto;

5.2.15. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;

5.2.16. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante, sendo vedada, à Contratada, sua cessão, locação ou venda a terceiros;

5.2.17. Utilizar padrões definidos em conjunto com o MEC (nomenclaturas, metodologias etc.).

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. Será realizada reunião inicial para apresentação das equipes envolvidas no projeto e das informações necessárias à execução dos serviços. O início de execução dos serviços ocorrerá com a emissão da Ordem de Serviço, a partir da qual iniciará a contagem dos prazos contidos no cronograma de execução.

6.1.2. Pelas características do objeto a ser contratado a sua execução se dará de forma integral, sendo emitida uma Ordem de Serviço que contemple todas as etapas da execução.

Etapas	Conclusão prevista
Programação com o Engine Unity	15 dias após emissão de ordem de serviço
Construção iOS e publicação na APP store	
Construção Android e Publicação no Google Play	
Construção Windows 10 e Publicação Microsoft Store	
Design da Arquitetura do Servidor	
Análise de Dados	
Disponibilização do aplicativo nas plataformas AppStore, Google Play e Microsoft Store por 12 (doze) meses	

TABELA 6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

### 6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.2.1. Este item não se aplica a presente contratação.

### 6.3. Mecanismos formais de comunicação

6.3.1. As comunicações entre a contratada e a Administração será por meio de Ordens de Serviço para a execução das etapas previstas. Para os demais assuntos, as comunicações serão por mensagens eletrônicas ou videoconferências.

### 6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE ou por terceiros a tais documentos.

6.4.2. Será exigido da CONTRATADA a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO, pelo qual se

compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que a mesma o exija dos seus empregados que prestarem serviços no ambiente do CONTRATANTE. Por questões de segurança, fica a CONTRATADA obrigada a estender o COMPROMISSO de manutenção do sigilo e segurança das informações a todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na execução do CONTRATO. Sendo que o CONTRATANTE reserva o direito de proceder levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

- 6.4.3. A CONTRATADA também estará sujeita ao cumprimento das diretrizes aplicáveis estabelecidas na POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES do CONTRATANTE, bem como suas respectivas NORMAS COMPLEMENTARES – às quais ao CONTRATANTE incumbe dar o devido conhecimento.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Critérios de Aceitação**

- 7.1.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, o objeto deste contrato será aceito:

7.1.1.1. Provisoriamente, mediante recibo, imediatamente depois de efetuada a entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

7.1.1.2. Definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.

- 7.1.2. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características dos serviços prestados, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o Recebimento Definitivo.

- 7.1.3. Se, após o aceite provisório, constatar-se que o serviço foi prestado em desacordo com este contrato ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, após a notificação por escrito à Contratada e até que seja sanada a situação.

- 7.1.4. Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, no Contrato serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazê-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na prestação.

- 7.1.5. O aceite provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

- 7.1.6. Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do CONTRATO o CONTRATANTE designará servidores (titulares e substitutos) para executar os seguintes papéis:

7.1.6.1. GESTOR DO CONTRATO: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

7.1.6.2. FISCAL TÉCNICO: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;

7.1.6.3. FISCAL REQUISITANTE: servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do

ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e

- 7.1.6.4. FISCAL ADMINISTRATIVO: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

## 7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. O teste de funcionamento deverá avaliar a conformidade da solução com os requisitos funcionais e de usabilidade do software Graphogame, podendo a CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA, num período de 05 (cinco) dias corridos após a disponibilização do aplicativo nas plataformas (lojas), sua republicação nas lojas indicadas quantas vezes forem necessárias até alcançar uma versão completa e livre de defeitos ou até a emissão do TRD. A CONTRATADA terá 05 (cinco) dias corridos para realizar todos os ajustes que se fizerem necessários, a contar da comunicação da CONTRANTE à CONTRATADA, indicando os erros ou incompletudes encontrados na solução. Nos casos de abertura de OS de defeito durante o período de garantia, manutenção e suporte, a CONTRATADA terá 05 (cinco) dias corridos para realizar todos os ajustes que se fizerem necessários a contar da data de emissão da OS.

## 7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p style="text-align: center;"><b>IAE = <math>\frac{\text{TEX} - \text{TEST}}{\text{TEST}}</math></b></p> <p>Onde:</p> <p><b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p><b>TEX</b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</p> <p>A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p><b>TEST</b> – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	

<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador. Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	Para valores do indicador <b>IAE</b> : De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 1% sobre o valor da OS; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 1,5% sobre o valor da OS; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 2% sobre o valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 2,5% sobre o valor da OS e multa de 1% sobre o valor do Contrato.

TABELA 7 – IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS

#### 7.4. Sanções Administrativas

7.4.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:

- 7.4.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 7.4.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.4.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.4.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 7.4.1.5. Não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- 7.4.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.4.1.7. Fizer declaração falsa;
- 7.4.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 7.4.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

7.4.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.4.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

7.4.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

7.4.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim

considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:

7.4.6. Advertência.

7.4.7. Multa de:

- 7.4.7.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
  - 7.4.7.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
  - 7.4.7.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
  - 7.4.7.4. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
  - 7.4.7.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.
- 7.4.8. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 7.4.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 7.4.10. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nos itens 7.4.7.1 e 7.4.7.2 com as da alínea 7.4.7.3, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.
- 7.4.11. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:
- 7.4.11.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
  - 7.4.11.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
  - 7.4.11.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 7.4.12. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta,

responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

- 7.4.13. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 7.4.14. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-as do pagamento a ser efetuado.
- 7.4.15. Nos casos de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.
- 7.4.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.
- 7.4.17. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.
- 7.4.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.4.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.4.21. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.4.22. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **7.5. Do Pagamento**

7.5.1.O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.2.A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.2.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser remetida por meio eletrônico ao endereço de e-mail informado no Termo de Recebimento Definitivo.

7.5.3.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.4.O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.4.1. o prazo de validade;

7.5.4.2. a data da emissão;

7.5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.4.4. o período de prestação dos serviços;

7.5.4.5. o valor a pagar; e

7.5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.5.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5.6.Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.6.1. não produziu os resultados acordados;

7.5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.7.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.8.Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a

manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 7.5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 7.5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left( \frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de custo de acordo com proposta enviada pela PUCRS ao MEC é de R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) pelo período de 12 (doze) meses conforme tabela abaixo.

<b>Etapas essenciais à distribuição</b>	<b>Preço em reais</b>
Programação com o Engine Unity	R\$ 53.700,00
Construção iOS e publicação na AppStore	R\$ 15.600,00
Construção Android e Publicação no Google Play	R\$ 15.600,00
Construção Windows 7 e 10 e Publicação Microsoft Store	R\$ 15.600,00
Disponibilização do aplicativo nas plataformas AppStore, Google Play e Microsoft Store e sua respectiva garantia de atualização do jogo com novos recursos ou correções de defeitos por 12 (doze) meses	-

TABELA 8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 26101

AÇÃO DE GOVERNO: 20RH

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

PLANO ORÇAMENTÁRIO: 000F – GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

PTRES: 169138

PLANO INTERNO: VZZ01B01SAN – Gerenciamento – SEALF

9.2. Cronograma Físico-Financeiro:

<b>Etapas de execução físico-financeira</b>	<b>Prazo</b>	<b>Preço em reais</b>
Programação com o Engine Unity		R\$ 53.700,00
Construção iOS e publicação na APP store		R\$ 15.600,00
Construção Android e Publicação no Google		R\$ 15.600,00

Play	15 dias, após emissão da O.S.	
Construção Windows 10 e Publicação Microsoft Store		R\$ 15.600,00
Disponibilização do aplicativo nas plataformas AppStore, Google Play e Microsoft Store e sua respectiva garantia de atualização do jogo com novos recursos ou correções de defeitos por 12 (doze) meses		-
<b>Total</b>		<b>R\$ 100.500,00</b>

TABELA 9 – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Será firma contrato administrativo que vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

## 11. DOS CRITÉRIOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

### 11.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

11.1.1. O panorama atual da educação brasileira revela a suspensão das aulas escolares em todo o país como medida temporária de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid - 19).

11.1.2. A partir de consulta aos sítios eletrônicos da União dos Dirigentes Municipais de Educação — Undime e ao Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação — Consed, observa-se que todas as redes estaduais e municipais do país determinaram interrupção completa de aulas do ensino fundamental, médio e superior. A medida, sem precedentes na história do país, afeta cerca de 48 milhões de estudantes de escolas públicas e privadas.

11.1.3. Sem adentrar no mérito da medida de suspensão de aulas pelos entes federados, a Secretaria de Alfabetização vem apresentar a presente proposta constitui-se numa medida mitigadora dos danos recorrentes da súbita interrupção das atividades escolares, que poderá atender diretamente a um público estimado de 4 milhões de estudantes da rede pública de ensino no país.

11.1.4. A medida por já contar com o software desenvolvido e utilizado em diversos países revela-se apta a ser adotada com a celeridade que as circunstâncias fáticas e jurídicas exigem.

11.1.5. Nesse contexto, a contratação se enquadra como uma hipótese de dispensa de licitação, com amparo legal no art. 24, XIII da Lei no 8.666/1993, a seguir transcrito:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*XIII - na contratação de **instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos**; (grifo*

*nosso)*

## **11.2. Da Razão de Escolha do Fornecedor**

- 11.2.1. Considerando as informações aqui expostas, a capacitação deverá ser realizada por instituição apta a prestar o serviço técnico de especializado de natureza singular destinado para público específico.
- 11.2.2. Com efeito, trata-se de um software especializado e customizado, com certa complexidade, o que impulsionou a busca por instituição com *expertise* reconhecida, com inquestionável reputação ético-profissional e dotada de profissionais com larga experiência em aperfeiçoamento de pessoal.
- 11.2.3. Assim, buscou-se, para a realização da atividade, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, uma das mais tradicionais instituições de ensino superior do Brasil, criada em 1931 e reconhecida pelo Decreto nº 23.993, de 1934, sob a denominação de Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e foi equiparada a universidade por meio do Decreto nº 25.794, de 9 de novembro de 1948, constituindo-se uma entidade privada sem fins lucrativos.
- 11.2.4. É de se notar que a PUCRS é, no Brasil, a única instituição parceira dos desenvolvedores do GraphoGame, isto é, do Grapho Group Ou, e já trabalha há anos com pesquisa a respeito da aplicação prática do jogo eletrônico, bem como com sua tradução para a variante brasileira da língua portuguesa.
- 11.2.5. Para o cumprimento de sua finalidade institucional, a PUCRS atua no ensino, na pesquisa e na extensão, em permanente interação com a sociedade, visando à formação de cidadãos responsáveis, autônomos, inovadores e solidários, com vistas ao desenvolvimento científico, cultural, social e econômico.
- 11.2.6. Como instituição integrante da sociedade civil, a PUCRS reconhece os valores democráticos e republicanos do Estado de Direito, respeitando os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana.
- 11.2.7. Para tanto, sabe-se que a referida instituição conta com um corpo de profissionais altamente qualificado para colaborar na solução dos desafios inovadores e comprometidos com a sociedade.
- 11.2.8. Assim, a partir de reuniões preparatórias, a PUCRS, por meio da Diretoria de Formação, encaminhou, em anexo, um projeto de solução de capacitação e uma proposta de realização, com a discriminação do produto a ser contratado.

## **11.3. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

- 11.3.1. Por se tratar de contratação por meio de Dispensa de Licitação, este item não se aplica.

## **11.4. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

- 11.4.1. Por se tratar de contratação por meio de Dispensa de Licitação, este item não se aplica.

## **11.5. Da alteração subjetiva**

- 11.5.1. Será admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos exigidos no instrumento contratual original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do CONTRATO.

## **12. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

- 12.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi formalizada pelo OFÍCIO Nº 223/2020/GAB/CGLC/SAA-MEC e alterada pelo OFÍCIO Nº 248/2020/GAB/CGLC/SAA-MEC.
- 12.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

**ANEXO A MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO**

ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO					
1 – IDENTIFICAÇÃO					
Ordem de Serviço					
Contrato:					
Contratada:					
Data da Emissão:					
Requisitante:					
Contato:					
2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do Produto ou Serviço	Métrica	Valor Unit. (R\$)	Qtde/Volume	Valor Total (R\$)
TOTAL					
3 - INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES					
4 – CRONOGRAMA					
Item referente ao Produto/Serviço			Início Previsto	Fim Previsto	Prazo Máximo
5 - ASSINATURAS					

(\*) Modelo meramente exemplificativo

## ANEXO B MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

### DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

EU, <NOME DO DECLARANTE>, CPF <CPF DO DECLARANTE>, candidato a contratação pela empresa <EMPRESA DO DECLARANTE>, CNPJ nº <CNPJ DA EMPRESA DO DECLARANTE>, no posto de trabalho de <FUNÇÃO DO DECLARANTE>, para prestação de serviços no MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, objeto do Pregão nº <Nº DO PREGÃO>/2020 e Contrato nº <Nº DO CONTRATO>/2020.

DECLARO, para os fins do disposto no Decreto nº 7.203, de 04/06/2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal:

<p>NÃO POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC)</p>
<p>POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).</p> <p>Nesse caso, preencha as informações abaixo com o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o cargo e o local onde trabalha (lotação).</p> <p>Nome: _____</p> <p>Grau de parentesco: _____</p> <p>Cargo: _____</p> <p>Lotação: _____</p>

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

De acordo com a SÚMULA VINCULANTE STF Nº 13, “ nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

De acordo com CÓDIGO PENAL, ART. 299, é crime “[...] omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

(\*) Para os fins desta declaração, consideram-se **parentes**:

- a) parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).
- b) parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).
- c) parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e nora, padasto e

madrasta do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge

## ANEXO C TERMO DE COMPROMISSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Este TERMO DE COMPROMISSO (“TERMO”) é celebrado entre:

- A. CONTRATANTE Ministério da Educação - MEC, Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco L, Zona cívico Administrativa, CEP 70047-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF 00.394.445/0001-01, neste ato representado pelo Gestor do Contrato xx/xxxx, e
- B. CONTRATADA xxxxxxxx, Endereço xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF xxxxxx, personificação xxxxxx, neste ato representada por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais.

O MEC e a CONTRATADA podem ser referidas individualmente como PARTE e coletivamente como PARTES, onde o contexto assim o exigir.

CONSIDERANDO QUE as PARTES estabeleceram ou estão considerando estabelecer uma relação de negócio que inclui o XX;

CONSIDERANDO QUE as PARTES podem divulgar entre si INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios, e em consideração da divulgação destas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS;

CONSIDERANDO QUE as PARTES desejam ajustar as condições de revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como pelas cláusulas e condições a seguir:

1. Para a finalidade deste Termo, “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” significarão todas e quaisquer informações divulgadas por uma PARTE (de acordo com este instrumento, a “Parte Divulgadora”) à outra PARTE (de acordo com este instrumento, a “Parte Recebedora”), em forma escrita ou verbal, tangível ou intangível, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, a qual esteja claramente marcada como CONFIDENCIAL, incluindo, entre outras, mas não se limitando a, segredos comerciais, know-how, patentes, pesquisas, planos de negócio, informações de marketing, informações de usuários, situação financeira, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, e qualquer outra informação técnica, comercial e/ou financeira, seja expressa em notas, cartas, fax, memorandos, acordos, termos, análises, relatórios, atas, documentos, manuais, compilações, código de software, e-mail, estudos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fluxogramas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, pareceres e pesquisas, ou divulgadas verbalmente e identificadas como confidenciais por ocasião da divulgação.
2. Não serão incluídas nas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS quaisquer informações que: (i) sejam geralmente conhecidas, ou subsequentemente se tornem disponíveis ao comércio ou ao público; (ii) estejam na posse legal da Parte Recebedora antes da divulgação pela Parte Divulgadora; ou (iii) sejam legalmente recebidas pela Parte Recebedora de um terceiro, desde que essas informações não tenham chegado ao conhecimento da Parte Recebedora através do referido terceiro, direta ou indiretamente, a partir da Parte Divulgadora numa base confidencial.
3. Quando a divulgação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS for necessária para estrito atendimento de ordem judicial ou agência governamental, o mesmo se procederá da seguinte maneira: (i) a Parte Recebedora fica obrigada a comunicar o teor da determinação judicial à Parte

Divulgadora no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem, no caso de se tratar de determinação para cumprimento em prazo máximo de 5 (cinco) dias; ou no prazo de uma hora a contar do recebimento, no caso de se tratar de ordem judicial para cumprimento no prazo máxima de até 48 (quarenta e oito) horas; e (ii) fica a Parte Recebedora obrigada também a enviar à Parte Divulgadora cópia da resposta dada à determinação judicial ou administrativa concomitantemente ao atendimento da mesma. A Parte Recebedora cooperará com a Parte Divulgadora para possibilitar que a Parte Divulgadora procure uma liminar ou outra medida de proteção para impedir ou limitar a divulgação dessas Informações Confidenciais.

4. A Parte Recebedora não divulgará nenhuma INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL da Parte Divulgadora a nenhum terceiro, exceto para a finalidade do cumprimento deste Termo e com o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora. Além disso:

- A. A Parte Recebedora, (i) não usará as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS para interferir, direta ou indiretamente, com nenhum negócio real ou potencial da Parte Divulgadora, e (ii) não usará as Informações Confidenciais para nenhuma finalidade, exceto avaliar uma possível relação estratégica entre as Partes.
- B. As Partes deverão proteger as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem divulgadas, usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.
- C. A Parte Recebedora não revelará, divulgará, transferirá, cederá, licenciará ou concederá acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, direta ou indiretamente, a nenhum terceiro, sem o prévio consentimento por escrito da Parte Divulgadora, estando este terceiro, condicionado à assinatura de um Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo prevendo as mesmas condições e obrigações estipuladas neste Termo.
- D. A Parte Recebedora informará imediatamente à Parte Divulgadora de qualquer divulgação ou uso não autorizado das Informações Confidenciais da Parte Divulgadora por qualquer pessoa, e tomará todas as medidas necessárias e apropriadas para aplicar o cumprimento das obrigações com a não divulgação e uso limitado das obrigações das empreiteiras e agentes da Parte Recebedora.
- E. A Parte Recebedora deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, devendo comunicar à Parte Divulgadora, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.
- F. A Parte Recebedora obrigará seu pessoal que possa ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que cumpram tais obrigações de sigilo, assinando o TERMO DE CIÊNCIA.

5. As Partes se comprometem e se obrigam a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da outra Parte, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Parte Divulgadora. De qualquer forma, a revelação é permitida para empresas coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas pela Parte neste Termo. Além disso, cada Parte terá direito de revelar a informação a seus funcionários que precisem conhecê-la, para os fins deste Termo; tais funcionários deverão estar devidamente avisados acerca da natureza confidencial de tal informação, e estarão vinculados aos termos e condições do presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo independentemente de terem sido avisados do caráter confidencial da informação, ficando a Parte Recebedora responsável perante a Parte Divulgadora por eventual descumprimento do Termo.

6. O intercâmbio de informações nos termos deste instrumento não será interpretado de maneira a constituir uma obrigação de uma das Partes para celebrar qualquer Termo ou acordo de negócio, nem obrigará a comprar quaisquer produtos ou serviços da outra ou oferecer para a venda quaisquer produtos ou serviços usando ou incorporando as Informações Confidenciais.

7. Cada Parte reconhece que em nenhuma hipótese este Termo será interpretado como forma de transferência de propriedade ou qualquer tipo de direito subsistido nas Informações Confidenciais da parte Divulgadora para a parte Receptora, exceto o direito limitado para utilizar as Informações Confidenciais conforme estipulado neste Termo.

8. Este TERMO entrará em vigor por ocasião da assinatura pelas Partes. Os compromissos deste instrumento também serão obrigatórios às coligadas, subsidiárias ou sucessoras das Partes e continuará a ser obrigatório a elas até a ocasião em que a substância das Informações Confidenciais tenha caído no domínio público sem nenhum descumprimento ou negligência por parte da Parte Receptora, ou até que a permissão para liberar essas Informações seja especificamente concedida por escrito pela Parte Divulgadora.

9. A omissão ou atraso em aplicar qualquer disposição deste Termo não constituirá uma renúncia de qualquer aplicação futura dessa disposição ou de quaisquer de seus termos. Se qualquer disposição deste Termo, ou sua aplicação, por qualquer razão e em qualquer medida for considerada inválida ou inexecutável, o restante deste Termo e a aplicação de tal disposição a outras pessoas e/ou circunstâncias serão interpretados da melhor maneira possível para atingir a intenção das Partes signatárias.

10. As PARTES concordam que a violação do presente Termo, pelo uso de qualquer Informação Confidencial pertencente à Parte Divulgadora, sem sua devida autorização, causar-lhe-á danos e prejuízos irreparáveis, para os quais não existe remédio na lei. Desta forma, a Parte Divulgadora poderá, imediatamente, tomar todas as medidas extrajudiciais e judiciais, inclusive de caráter cautelar, como antecipação de tutela jurisdicional, que julgar cabíveis à defesa de seus direitos.

11. A Parte Receptora deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela Parte Reveladora para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

12. A Parte Receptora deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da Parte Divulgadora, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

13. A inobservância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste Termo sujeitará a Parte infratora, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão ou qualquer daqueles relacionados neste TERMO, ao pagamento, recomposição, de todas as perdas e danos, comprovadamente suportados ou demonstrados pela outra Parte, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo.

14. As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações outras derivadas do presente Termo, vigorarão durante o período de 5 (cinco) anos após a divulgação de cada Informação Confidencial à Parte Receptora.

15. O não exercício por qualquer uma das Partes de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo tal ato considerado como mera tolerância para todos

os efeitos de direito.

16. Alterações do número, natureza e quantidade das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Receptora não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, que permanecerá válido e com todos os efeitos legais em qualquer das situações especificadas neste Termo.

17. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Receptora, em razão do presente objeto, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessário, nessas hipóteses, assinatura ou formalização de Termo Aditivo.

18. Este instrumento não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas Afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações confidenciais para a outra Parte.

19. O fornecimento de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS pela Parte Divulgadora ou por uma de suas Afiliadas não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da Parte Divulgadora ou de suas Afiliadas, para os fins que lhe aprouver.

20. Nenhum direito, licença, direito de exploração de marcas, invenções, direitos autorais, patentes ou direito de propriedade intelectual estão aqui implícitos, incluídos ou concedidos por meio do presente Termo, ou ainda, pela transmissão de Informações Confidenciais entre as Partes.

21. A CONTRATADA declara conhecer todas as Normas, Políticas e Procedimentos de Segurança estabelecidos pela Contratante para execução do CONTRATO, tanto nas dependências da Contratante como externamente.

22. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente e solidariamente, pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Contratante, ou mesmo fora dele, que venham a causar danos ou colocar em risco o patrimônio da CONTRATANTE.

23. Este TERMO contém o acordo integral de confidencialidade entre as PARTES com relação ao seu objeto. Quaisquer outros acordos, declarações, garantias anteriores ou contemporâneos com relação à proteção das Informações Confidenciais, verbais ou por escrito, serão substituídos por este Termo. Este Termo será aditado somente firmado pelos representantes autorizados de ambas as Partes.

24. Quaisquer controvérsias em decorrência deste Termo serão solucionadas de modo amistoso através do representante legal das PARTES, baseando-se nas leis da República Federativa do Brasil. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

## DISPOSIÇÕES

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

DE ACORDO

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADA

---

Testemunha1

---

Testemunha 2

## ANEXO D TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL – SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO	
Nº do Contrato:	
Empresa Contratada:	
CNPJ:	
Objeto Resumido:	
Vigência Contratual:	
TERMOS	
<p>O(s) funcionário(s) abaixo qualificado(s) declara(m) ter pleno conhecimento de sua(s) responsabilidade(s) no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do Contrato Administrativo nº / , bem como sobre todas as informações que eventualmente ou por força de sua(s) função(ões) venha(m) a tomar conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e a prestar total obediência às normas de segurança da informação vigentes no ambiente do CONTRATANTE ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo por este; em conformidade com o TERMO DE COMPROMISSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO firmado entre as partes.</p>	
OBSERVAÇÕES	
Digite observações, se houverem.	
DE ACORDO	
<p>E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CIÊNCIA é assinado pela(s) parte(s) declarante(s) em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.</p>	
Brasília (DF), / / .	
IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO(S) DECLARANTE(S)	
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:

**Observação:** Este termo deve ser impresso em papel timbrado da CONTRATADA.